



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais

A ZOPACAS e o Brasil:
o discurso e as práticas brasileiras na iniciativa de paz e cooperação
do Atlântico Sul

Aderson de Oliveira Caldas

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais pela
Universidade de Brasília

Orientador: Professor Doutor José Flávio Sombra Saraiva

Brasília

2013

RESUMO

A partir de 2007, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) ganhou um novo impulso, alavancado pela necessidade de dar respostas às chamadas “novas ameaças”, cada vez mais presentes no espaço sul-atlântico, e à crescente importância que a região vem ganhando na geopolítica mundial. Entretanto, para que os discursos políticos observados nas reuniões de alto nível sejam traduzidos em ações práticas, há a necessidade de que os Estados-membros tomem ações internas, no sentido de dar musculatura ao “corpo de intenções” manifestado dentro da “Zona”. Neste contexto, o Brasil, na busca por uma maior inserção no Sistema Internacional, apresenta-se como um dos atores com maior capacidade econômica, de recursos humanos e científico-tecnológicos, não só de propor soluções, mas principalmente de adotar ações no sentido de transformar a teoria em prática. Neste trabalho são analisadas as propostas feitas pelo nível político-estratégico da ZOPACAS, representadas pela *Declaração de Montevideu* e pelo *Plano de Ação de Montevideu*, as quais são comparadas às ações realizadas pelo nível operacional do Estado brasileiro, de onde se conclui que as ações propostas pelo Brasil ainda possuem um caráter bastante insipiente e localizado em alguns setores do executivo, sendo necessário um maior comprometimento brasileiro com as propostas da ZOPACAS, caso seja realmente a intenção do Brasil ter uma maior inserção mundial.

Palavras-chave: Atlântico Sul, ZOPACAS, Brasil.

ABSTRACT

From 2007, the South Atlantic Peace and Cooperation Zone (SAPCZ) got a boost, leveraged by the need to respond to the so called "new threats", increasingly present within the South Atlantic, and the growing importance the region is earning in global geopolitics. However, to translate the political speeches observed in high-level meetings into practical actions, there is the need for Member States to take internal actions, in order to give muscle to the “body of intentions” expressed within “The Zone”. In this context, Brazil, in the search for greater insertion in the International System, presents itself as a player with greater economic capacity, human and scientific-technological resources, not only to propose solutions, but mostly to take actions to turn theory into practice. This paper analyzes the proposals made by the SAPCZ political-strategic level, represented by the Montevideo Declaration and the Montevideo Plan of Action, which are compared to the actions performed by the operational level of the Brazilian State, where it is concluded that the proposed actions by Brazil still have a very incipient character and are located in some sectors of the executive, requiring a greater Brazilian commitment to the SAPCZ proposals, if indeed it's Brazil's intention to have greater global insertion.

Key Words: South Atlantic, SAPCZ, Brazil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	– Agência Brasileira de Cooperação.
AFRICOM	– <i>United States Africa Command.</i>
AGNU	– Assembleia Geral das Nações Unidas.
BRICS	– Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul.
CIRM	– Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.
CLPC	– Comissão de Limites da Plataforma Continental.
CNUDM	– Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar.
CPLP	– Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
CSNU	– Conselho de Segurança das Nações Unidas.
CSS-D	– Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento.
EIA	– <i>United States Energy Information Administration.</i>
EUA	– Estados Unidos da América.
FTM-UNIFIL	– Força-Tarefa Marítima das Nações Unidas no Líbano.
G20	– Grupo dos Vinte.
GNL	– Gás Natural Liquefeito.
IBA	– Iniciativa para a Bacia do Atlântico.
IAS	– Iniciativa para o Atlântico Sul.
ISA	– <i>International Seabed Authority.</i>
IUU	– <i>Illegal, Unregulated and Unreported.</i>
LCM	– Linhas de Comunicação Marítimas.
LEPLAC	– Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira.
LRIT	– <i>Long Range Identification and Tracking of Ships.</i>
MB	– Marinha do Brasil.
MD	– Ministério da Defesa.

MINUSTAH	– Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti.
NaPaOc	– Navio de Patrulha Oceânica.
ONU	– Organização das Nações Unidas.
OTAN	– Organização do Tratado do Atlântico Norte.
PIB	– Produto Interno Bruto.
PNUMA	– Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
PSC	– <i>Port State Control</i> .
SAR	– <i>Search And Rescue</i> .
UNASUL	– União das Nações Sul Americanas.
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
ZOPACAS	– Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	CONTEXTUALIZAÇÃO E GEOPOLÍTICA DO ATLÂNTICO SUL..	11
3	A DECLARAÇÃO DE MONTEVIDÉU E O PLANO DE AÇÃO DE MONTEVIDÉU: CONCEITOS E OBJETIVOS.....	16
4	PROGRAMAS, PROJETOS E RESULTADOS DA ZOPACAS: AS INICIATIVAS DO BRASIL.....	20
5	CONCLUSÃO.....	24
	REFERÊNCIAS.....	27
	ANEXOS.....	30

1 INTRODUÇÃO

Introduzido mais recentemente no rol das intenções geopolíticas brasileiras¹, e mais positivamente após a descoberta de consideráveis recursos econômicos em seu litoral – a Amazônia Azul² – o Atlântico Sul e a sua expansão até os Estados africanos banhados por esse oceano revestem-se de importante valor na busca de afirmação regional e mundial do Brasil. O Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim, em Aula Magna proferida na Escola de Guerra Naval sobre o tema “A Política de Defesa de um País Pacífico”, definiu indubitavelmente a região na qual o Brasil pretende efetuar sua influência: “O entorno geopolítico imediato do Brasil é constituído pela América do Sul e **pelo Atlântico Sul, chegando à costa Ocidental da África**” (AMORIM, 2012. Grifo nosso.).

Não obstante o espaço continental sul-americano ser um desafio para os formuladores da Política Externa brasileira, com seu histórico de conflitos latentes, disputas fronteiriças e atuação clara de atores exógenos, é o espaço do Atlântico Sul – e seu prolongamento até os países lindeiros da África Ocidental – que possui maior potencialidade de grandes conflitos, em virtude da gama de interesses e de atores nele inseridos³.

Da mesma forma que o Brasil encontrou recentemente, em suas águas jurisdicionais⁴, recursos energéticos de potencial ainda não completamente

¹ Inicialmente postulada pelo General Golbery do Couto e Silva na década de 1960 e, portanto, no auge da Guerra Fria, o conceito de fronteira oriental do Brasil se confundia com o conceito de segurança hemisférica, tal qual formulada pelos EUA na época, a qual se contrapunha à ameaça comunista (PENHA, 2012).

² O Brasil está pleiteando, junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar (CNUDM), a extensão dos limites de sua Plataforma Continental, além das 200 milhas náuticas (370 km), correspondente a uma área de 963 mil km². Após serem aceitas as recomendações da CLPC pelo Brasil, os espaços marítimos nacionais poderão atingir aproximadamente 4,5 milhões de km², o que corresponde, aproximadamente, à metade do território terrestre nacional, ou, ainda comparando as dimensões, a uma nova Amazônia. Em outras palavras, a última fronteira brasileira “está sendo traçada no mar”. É o que a Marinha vem chamando de Amazônia Azul, na tentativa de tentar alertar a sociedade da importância, não só estratégica, mas também econômica, do imenso mar que nos cerca. Fonte: Comando da Marinha. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/html/definicao.html>. Acesso em: 5 jul. 2013.

³ Consideraremos como integrantes dessa região: Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, República da Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Camarões, Guiné-Equatorial, Gabão, Congo, República Democrática do Congo (ex-Zaire), Angola, Namíbia e República da África do Sul, além da “bacia” do Atlântico Sul, espaço marítimo que banha esses Estados.

⁴ As Águas Jurisdicionais Brasileiras compreendem as águas interiores e os espaços marítimos, nos quais o Brasil exerce jurisdição, em algum grau, sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações

conhecido, outros estados banhados pelo Oceano Atlântico também se beneficiam atualmente da existência de petróleo em suas faixas litorâneas, tais como os localizados no Golfo da Guiné, principal região produtora de petróleo na África⁵. Entretanto, a dinâmica de segurança nessas regiões é diretamente relacionada aos recursos petrolíferos: nos níveis estatal e regional, o petróleo é alvo de disputas entre governos e diferentes grupos armados (por exemplo, no delta do rio Níger), além de ser motivo de contendas pela demarcação de fronteiras terrestres ou marítimas (como no caso da península de Bekassi, disputada entre Nigéria e Camarões), chegando a ser o principal motivo de disputas em algumas guerras civis africanas. Embora algumas dessas disputas já tenham chegado a soluções pacíficas, como no caso da disputa entre São Tomé e Príncipe e Nigéria (resolvida pelo estabelecimento de uma zona de desenvolvimento conjunto), outras ainda encontram-se pendentes de solução, sendo frequentemente considerado pelos governos o uso da força durante os processos de negociação. Além dos atores locais, soma-se o interesse de atores exógenos, principais importadores de petróleo, como os estados europeus, Estados Unidos da América (EUA) e China, os quais possuem intensa atividade na região, seja política, diplomática ou militar, a fim de defender seus interesses (CEPIK; OLIVEIRA, 2007). O mesmo padrão de conflito pode ser encontrado em áreas de exploração de outros recursos naturais existentes⁶. Apesar da aparente melhoria de alguns índices de crescimento da região⁷, os benefícios trazidos com a venda destas *commodities* no mercado mundial, apoiados pelos altos preços das mesmas nos

e recursos naturais vivos e não-vivos, encontrados na massa líquida, no leito ou no subsolo marinho, para os fins de controle e fiscalização, dentro dos limites da legislação internacional e nacional. Esses espaços marítimos compreendem a faixa de 200 milhas marítimas contadas a partir das linhas de base, acrescida das águas sobrejacentes à extensão da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas, onde ela ocorrer (BRASIL, 2011).

⁵ A região do Golfo da Guiné já é responsável por mais de 15% da produção mundial de petróleo. Fonte: “A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica”. Revista Militar, Lisboa, n. 2532, jan. 2013. Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=797> Acesso em: 5 jul. 2013.

⁶ Além do petróleo já citado, na região há importantes reservas de gás natural, urânio, minério de ferro, ouro, titânio, estanho, diamante, bauxita, fosfatos, manganês, cobalto, cobre, níquel, tântalo, nióbio, vanádio e carvão mineral, entre outros. Fonte: *One World – Nations Online*. Disponível em: <<http://www.nationsonline.org/oneworld/>>. Acesso em: 5 jul. 2013.

⁷ Diferentes economias africanas registaram, nos últimos 10 anos, taxas de crescimento econômico elevadas, criando um clima de otimismo no continente. Por exemplo, entre as 10 economias mundiais com maiores taxas de crescimento, seis são africanas. Fonte: Euronews. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2012/06/09/economistas-discutem-crescimento-africano/>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

últimos anos⁸, raramente são divididos pela sociedade do Estado onde se encontram tais reservas, gerando desigualdade social e violência, terreno fértil para o nascimento de conflitos (KAPLAN; SCHROEDER, 2012).

Outro fator existente na sub-região é o caráter “juvenil” de governos recém-democratizados, que ainda lutam para consolidar suas instituições a fim de garantir o bem-estar de suas populações e o desenvolvimento nacional. Com instituições ainda fracas e sem infraestruturas que apoiem o desenvolvimento e a distribuição de riquezas, os estados da região são um campo aberto para o recrudescimento de rivalidades internas e externas e, portanto, passíveis da ocorrência de guerras civis, golpes de estado e guerras de conquista. A dinâmica de conflitos africana é complexa, com desdobramentos que envolvem fatores religiosos e étnicos, dentre outros⁹.

Entretanto, é no ambiente marítimo que talvez se encontre o maior desafio às pretensões brasileiras na região. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar (CNUDM), em sua Parte VII – Alto Mar, principalmente nos artigos 87, 88 e 89, consagrou a ideia de que o mar não pode ser subjugado ao domínio de qualquer soberania. Tal conceito de *Mare Liberum* foi inicialmente teorizado pelo jurista holandês Hugo Grotius (1583-1645) no início do século XVII, em sua obra *De jure praede commentarius*, em contestação à política de *Mare Clausum*, de Portugal e Espanha, em prática na época. Assim consagrada, a liberdade de navegação no Alto Mar é garantida a todos os Estados. Nesse contexto, o Oceano Atlântico é visto como uma das principais rotas de comércio mundial, desde a época dos grandes descobrimentos (século XV). Apesar de um relativo declínio dessa rota marítima com a abertura dos canais de Suez e do Panamá, a “bacia” do Atlântico Sul

⁸ RODRIGUES, Eduardo. Aumento dos preços das *commodities* impulsiona exportações. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 01 mar. 2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,aumento-dos-precos-das-commodities-impulsiona-exportacoes,57090,0.htm>>. Acesso em: 4 jul. 2013.

⁹ Dentre os Estados eleitos para estudo, apenas Gana, Camarões, África do Sul e mais recentemente a Namíbia, podem ser considerados estáveis, estando os outros envolvidos em algum tipo de conflito, de maior ou menor intensidade, envolvendo questões separatistas (Senegal, Gâmbia e Guiné-Bissau), com instabilidade política e ocorrência de sucessivos golpes de estado (Guiné-Bissau, República da Guiné, Costa do Marfim, Togo, São Tomé e Príncipe), com guerras civis recentes ou em andamento (Serra Leoa, Libéria, República Democrática do Congo e Angola), com conflitos étnicos e religiosos latentes ou declarados (Nigéria e Congo) ou com governos eleitos com suspeita de irregularidades no processo eleitoral (Benin, Guiné-Equatorial e Gabão). Fonte: CIA - The World Factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em 3 jul. 2013.

permanece como rota estratégica, por onde passam, por exemplo, cerca de 67% do petróleo destinado ao mercado europeu e 26% do petróleo destinado aos EUA (PENHA, 2000).

Desse modo, proteger as suas Linhas de Comunicação Marítimas (LCM), inclusive as que atravessam o Atlântico Sul, tornam-se uma necessidade para os estados, a fim de garantir sua sobrevivência e, para isso, o conceito de *Mare Liberum* garante flexibilidade e permanência necessárias às grandes potências na defesa de seus interesses. A reativação da 4ª Esquadra estadunidense em 2008 pode ser inserida nesse contexto, uma vez que, além do crescimento da importância do Atlântico Sul em termos de produção mundial de petróleo, tal reativação procura fazer frente à criação do Conselho de Defesa da União das Nações Sul-americanas (UNASUL), vista pelos EUA como uma potencial interferência aos seus interesses na região (PENHA, 2012). Além disso, o mar também possui o potencial de produzir um novo padrão de desenvolvimento calcado no conhecimento, na inovação e no emprego de novas tecnologias, a pesquisa em ciências do mar e o aproveitamento sustentável dos recursos marítimos tem um papel fundamental a desempenhar para todos os Estados banhados pelo Atlântico Sul, haja vista o exemplo do Brasil (CRUZ JUNIOR, 2012).

Ainda sobre a questão da presença de potências exógenas na área do Atlântico Sul, não se pode deixar de lembrar a presença britânica: desde a era da *Pax Britannica* (meados do século XVIII até final do século XIX), o Reino Unido detém o controle de ilhas meso-atlânticas e peri-antárticas¹⁰, mesmo depois de sua derrocada como potência hegemônica, no final do século XIX. Atualmente, em virtude da redução dos recursos destinados às forças armadas britânicas, há uma grande incógnita quanto à permanência dessas ilhas como territórios ultramarinos do Reino Unido.

Nesse contexto sub-regional, o recente fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), esquecida após o fim da Guerra Fria (1991), aparece como um possível eixo principal de cooperação entre os Estados do Atlântico Sul, e teve grande incentivo de Estados africanos, como Angola, que veem o Brasil como parceiro histórico da região.

¹⁰ Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Malvinas/*Falklands*, Geórgia do Sul e *Sandwich* do Sul.

Segundo o geógrafo Eli Alves Penha (2012), a revitalização da ZOPACAS a partir de 2007, originalmente proposta como uma forma de impedir a nuclearização do Atlântico Sul no contexto bipolar do século XX, aparece como uma possível anteposição à tentativa dos EUA de estender o alcance da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para o Atlântico Sul, e da China em penetrar com suas empresas no apoio para a criação da infraestrutura africana necessária para embasar seu desenvolvimento. O seu fortalecimento tende a se constituir como um embrião para o aparecimento de uma bacia econômica na região do Atlântico Sul, contribuindo para a formação de uma Comunidade de Segurança¹¹, uma vez que funciona como um aglutinador de iniciativas de coordenação política e diplomática dos atores da região, sem a participação de atores externos ao grupo.

Entretanto, apesar da revitalização da ZOPACAS, “o regionalismo por ela representado ainda não consegue conferir dinamismo próprio que permita fundamentar a existência de uma Comunidade de Segurança no Atlântico Sul” (PENHA, 2012). A dispersão de interesses nacionais e regionais e a pouca vocação marítima dos países litorâneos ainda impede o estabelecimento de uma comunidade marítima integrada de significado regional que possa fazer frente às potências exógenas. O Atlântico Sul ainda é visto como um elemento de distanciamento entre os países sul-americanos e africanos, ao invés de uma oportunidade de aproximação através, por exemplo, do incremento do comércio marítimo¹².

Apesar disso, a ZOPACAS possui ingredientes que, se corretamente incentivados, podem garantir ao Brasil um entorno estratégico estável: é uma organização integrada por todos os estados banhados pelo Atlântico Sul¹³; possui a chancela da Organização das Nações Unidas (ONU), onde foi criada; e, principalmente, sua existência é incentivada politicamente por todos os estados por ela integrados, dos dois lados do Atlântico Sul.

¹¹ Segundo o cientista político Karl Wolfgang Deutsch (1912-1992), em uma comunidade de segurança “há uma garantia real de que os membros dessa comunidade não lutarão uns com os outros fisicamente, mas resolverão suas disputas de alguma outra forma” (DEUTSCH et al, 1957, p. 5. Tradução nossa).

¹² Embora se tenha um tráfego marítimo crescente no Atlântico Sul, há muito poucas rotas diretas entre o Brasil e os portos africanos (JORGE, 2012).

¹³ África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

O que falta para que a ZOPACAS se torne efetivamente uma organização que integre as duas costas do Atlântico Sul? Estariam as declarações políticas dos altos representantes dos estados partícipes em sintonia com as ações efetivamente realizadas nos níveis estratégico e operacional? Há iniciativas brasileiras que tenham convergência nesse sentido?

O objetivo deste artigo é, portanto, o escrutínio da revitalização da ZOPACAS, no espaço temporal a partir de 2007 e, complementarmente, elencar e analisar as iniciativas propostas no último encontro da organização, comparando-as com as práticas efetivamente levadas a cabo pelo Estado brasileiro em respostas a essas iniciativas. Para isso, os capítulos desse trabalho estão organizados da seguinte forma: no segundo capítulo, faz-se uma contextualização e apresenta-se o cenário geopolítico do Atlântico Sul, o qual recentemente passou a ter um peso cada vez maior no contexto mundial, em virtude de diversos fatores, mas principalmente por conta das recentes descobertas de volumosos recursos petrolíferos em suas duas “franjas”; no terceiro capítulo, faz-se uma avaliação dos documentos produzidos por ocasião da VII Reunião da ZOPACAS e as propostas apresentadas pela *Declaração de Montevideu* e pelo *Plano de Ação de Montevideu*; no capítulo quatro, são investigadas as iniciativas de internalização das propostas apresentadas em Montevideu promovidas pelo Brasil e os resultados até o momento obtidos; por fim, no quinto capítulo, conclui-se que, apesar de algumas iniciativas levadas a cabo pelo Brasil, a materialização prática das propostas do nível político postas durante a última reunião da ZOPACAS ainda apresentam-se bastante insipientes, não traduzindo os discursos políticos em realidades no nível operacional.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO E GEOPOLÍTICA DO ATLÂNTICO SUL

Inicialmente, para dar uma melhor dimensão da ZOPACAS e de seus desafios, é importante contextualizar temporal e geopoliticamente a sua criação, no mundo bipolar da Guerra Fria (1945-1991), o que passamos a fazer, através de um breve histórico da organização.

Apesar de ter visto seu fim poucos anos depois, a Guerra Fria (1945-1991) não parecia estar perto de recrudescer em 1986. Boa parte dessa afirmação se dá pela maneira repentina pela qual o bloco soviético, liderado pela ex-União das

Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), implodiu anos mais tarde. Na realidade, “uma sensação de incerteza e insegurança pairava no ambiente da política internacional” (SANTIAGO, 2013).

Na questão nuclear, os EUA e a URSS contavam, juntos, com um total de 70.481 ogivas nucleares, o ápice na quantidade desse tipo de armamento¹⁴. Mais ainda, a África do Sul, emersa em seu regime de segregação racial conhecido como *Apartheid* (1948-1994), desenvolvia seu programa nuclear, o qual chegou à construção de seis artefatos atômicos. A Guerra das Malvinas (1982), maior conflito armado ocorrido na América do Sul desde a Guerra do Paraguai (1864-1870), ainda surtia seus efeitos na Argentina e, por extensão, nos demais estados sul-americanos envolvidos em processos de abertura democrática, entre eles o Brasil, cujo regime militar havia recém encerrado, com a chegada ao poder do Presidente José Sarney (1985-1990).

Enquanto se intensificava a distensão mútua entre as potências do cone sul, iniciada com a assinatura do acordo tripartite Itaipu-Corpus (1979) entre Argentina, Brasil e Paraguai, o Estado brasileiro buscava alçar voos mais altos em busca de estabilidade em seu entorno, com uma dupla inspiração: desmilitarizar e desnuclearizar a porção sul do Oceano Atlântico; e estabelecer uma estrutura jurídica peculiar à única fronteira do Brasil que não contava com um instrumento de regulação e contenção de interesses, visando, nos dizeres de Marcelo Jardim:

(...) o estreitamento de relações de cooperação com os Estados da costa africana relativamente à zona oceânica comum sobre a qual os países ribeirinhos deveriam, no entender do Brasil, reivindicar responsabilidades e direitos especiais, procurando desenvolver com eles mecanismos de cooperação para atuarem conjuntamente diante de problemas regionais. (JARDIM, 1991).

Assim, em outubro de 1986, uma iniciativa brasileira apresentada à Assembleia Geral da ONU propunha a criação, em conjunto com os demais estados da América do Sul e da África banhados pelo Atlântico Sul, uma organização ensejada na proposta de cooperação e paz. A Resolução nº 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas cria, então, a ZOPACAS.

¹⁴ “Em 1986, mundo atingiu ápice nuclear, com 70.481 ogivas”. Terra. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/em-1986-mundo-atingiu-apice-nuclear-com-70481-ogivas,dc0cfa2aa9aea310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>>. Acesso em: 5 jul. 2013.

Desde sua criação, a “Zona”, como também é chamada, não estava apenas preocupada com a desmilitarização e a não introdução de artefatos nucleares no Atlântico Sul: assuntos como a proteção do meio ambiente, a conservação dos recursos naturais vivos, a eliminação do racismo e a promoção do desenvolvimento social e econômico, dentro de um conceito de cooperação regional, hoje conhecida como Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento (CSS-D), estavam presentes em seu texto de criação (NAÇÕES UNIDAS, 1986).

A primeira reunião do grupo se deu no Rio de Janeiro, no período de 25 a 29 de julho de 1988. Na ocasião, as questões envolvendo as metas propostas para a ZOPACAS foram debatidas (SARAIVA, 1996). Dois anos mais tarde, no período de 25 a 29 de julho de 1990, os Estados-membros da ZOPACAS se reuniram em Abuja, Nigéria. A essa altura, com a queda do Muro de Berlim (1989), as mudanças na geopolítica mundial já começavam a afetar as decisões de Política Externa de vários estados, e a ZOPACAS perdia importância no tabuleiro das grandes potências. Mais dois encontros ocorreram, em 1994 e 1996, em Brasília e na Cidade do Cabo, África do Sul, respectivamente. O Brasil procurou então um novo enfoque para a atuação da ZOPACAS, saindo do contexto da desmilitarização e da desnuclearização do Atlântico Sul e dando ênfase a outros aspectos, como o desenvolvimento econômico, a preservação do meio ambiente, a conservação dos recursos naturais e a cooperação, dentre outros (PENHA, 2011).

O último encontro da década de 1990 se deu em Buenos Aires, Argentina, em 1998, no qual se buscou adotar um plano de ação. Contudo, a ausência de uma estrutura organizacional mínima esvaziou a reunião e enfraqueceu a iniciativa dos países da zona, decretando o aparente fim do projeto de cooperação. A próxima reunião que ocorreria em Cotonou, Benin, acabou não acontecendo (SARAIVA, 1996). A ZOPACAS permaneceria adormecida por quase dez anos, quando, mais uma vez, a geopolítica mundial foi sacudida por mudanças históricas, dessa vez, o avanço da pirataria na costa ocidental da África, dentre outros fatores.

Temendo o avanço dessa forma de crime internacional em seu litoral, o Estado angolano vislumbrou, como forma de proteger suas riquezas marítimas¹⁵, em

¹⁵ Angola é o segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana, atrás da Nigéria, e recentes explorações sugerem que as reservas angolanas podem ser maiores que as inicialmente estimadas. Explorações com sucesso nas formações de pré-sal da costa angolana continuam a prever uma

face da restrita capacidade de sua Marinha, criada em 1976¹⁶, a união de esforços dos estados da região, sendo uma ZOPACAS revitalizada a forma visualizada por aquele Estado para alcançar seu intento.

Assim, no período de 18 a 19 de junho de 2007, em Luanda, Angola, com a presença de 24 Estados-membros, ocorreu a VI Reunião da ZOPACAS. Na ocasião, foram apresentados uma declaração final e um plano de ação, revitalizando os objetivos anteriores da organização, além de pleitear a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para torná-lo mais representativo dos países em desenvolvimento. Ainda, observou-se a necessidade de um regime comercial global mais justo e equitativo (PENHA, 2011).

As riquezas da região sul-atlântica, no entanto, bem como as já citadas importantes LCM que atravessam a região, já haviam despertado o interesse das grandes potências. E num contexto de crise econômica mundial e dos potenciais conflitos no Oriente Médio, os quais exigem permanente atenção, em virtude de suas aparentemente indissolúveis questões, há a concretização de iniciativas exógenas na região, sobretudo estadunidenses, a fim de garantir seus interesses: meses depois da reunião em Luanda, em outubro de 2007, os EUA criaram o United States Africa Command (AFRICOM), como o objetivo de garantir a segurança da região, em função das ameaças terroristas, da pirataria e dos conflitos. Logo após, em uma clara resposta à criação do Conselho de Defesa Sul-americano, integrado à UNASUL, os EUA reativam a 4ª Esquadra, enfrentando, ambas as iniciativas, a relutância, a desconfiança e até os protestos de estados lindeiros ao Atlântico Sul¹⁷.

Outros estados exógenos também demonstraram interesses abertos na região. A exemplo, a expansão da OTAN para o Atlântico Sul, na qual os Estados-

produção de petróleo bastante otimista para o país e o governo angolano mira uma produção de cerca de 2 milhões de barris de petróleo por dia em 2014. Em 2013, ao primeiro carregamento de gás natural liquefeito (GNL) está agendado ser exportado, possibilitando uma diversificação do portfólio de exportações angolano. Fonte: *U.S. Energy Information Administration* (EIA). Disponível em: <<http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=AO>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

¹⁶ *Marinha de Guerra comemora hoje 37 anos de existência*. Fonte: Agência AngolaPress. Disponível em: <http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/2013/6/28/Marinha-Guerra-comemora-hoje-anos-existencia,3f5c8b79-49fb-4372-8ce5-2a973d16ef25.html>. Acesso em: 11 jul. 2013.

¹⁷ *Reativação da Quarta Frota reforça ampliação do escudo de defesa do Brasil, diz Mangabeira*. Fonte: Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/brasil/ult96u430345.shtml>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

Membros dessa organização, por iniciativa da Espanha, lançam em 2009 a chamada *Iniciativa para o Atlântico Sul* (IAS). Posteriormente, os acadêmicos Daniel S. Hamilton e Frances G. Burwell, integrantes do “Atlantic Council of the United States”, da Universidade Johns Hopkins¹⁸, Washington, D.C., elaboraram um artigo, em dezembro de 2009, em que propõem o tratamento do Atlântico Sul em conjunto com o Atlântico Norte. Neste texto, os autores sugerem a criação da *Iniciativa da Bacia do Atlântico* (IBA), que compreenderia a área do Atlântico Norte, somada à do Atlântico Sul (HAMILTON; BURWELL, 2009). Um ano mais tarde, em outubro de 2010, o então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, apresentou formalmente a rejeição do Brasil a qualquer interferência da OTAN no Atlântico Sul.

Assim, em contraposição à OTAN, organismo este específico para Segurança e Defesa de seus Estados-membros, uma ZOPACAS forte e com atuação positiva na solução dos problemas da região, mesmo sendo uma organização essencialmente voltada para a paz, demonstraria à comunidade internacional que o Atlântico Sul é uma região possuidora de um organismo próprio, que engloba somente os países limítrofes, talvez sob a liderança de um Brasil propositivo e atuante.

Como a ZOPACAS pensa em trabalhar efetivamente para sua elevação ao *status* de uma organização que realmente agregue os dois lados do Atlântico Sul na solução dos diversos problemas da região, evitando as interferências externas? Quais as propostas apresentadas em sua última reunião ocorrida no início desse ano, em Montevideu, Uruguai? Quais as iniciativas concretas que nasceram desse encontro?

Para responder essas perguntas, será necessário avaliar os dois principais documentos produzidos pela VII Reunião da ZOPACAS: a *Declaração de Montevideu* e o *Plano de Ação de Montevideu*.

¹⁸ Center for Transatlantic Relations, Johns Hopkins University, the Paul H. Nitze School of Advanced International Studies.

3 A DECLARAÇÃO DE MONTEVIDÉU E O PLANO DE AÇÃO DE MONTEVIDÉU: CONCEITOS E OBJETIVOS

O texto da declaração elaborada é, de fato, ambicioso e cobre toda nossa ampla agenda, afirmando ou reafirmando conceitos essenciais nas áreas do desarmamento, da paz e da segurança, defesa, temas econômico-comerciais, desenvolvimento sustentável, recursos marinhos e combate a ilícitos internacionais. (PATRIOTA, 2013)

Como bem apontou o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antônio Patriota, em seu discurso por ocasião da VII Reunião Ministerial da ZOPACAS, os conceitos apresentados na chamada *Declaração de Montevideú* possuem uma variedade equivalente à quantidade de itens contidos na declaração: são 124, desde o seu preâmbulo, passando pelos propósitos e princípios da ZOPACAS, até a enumeração das principais questões as quais a organização intenta resolver ou contribuir para a solução: governança global; desarmamento, aqui entendido como a extinção de todos os tipos de armas de destruição em massa, sobretudo o armamento nuclear; paz e segurança; defesa; desenvolvimento, incluindo aqui questões econômicas e financeiras; desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas; oceanos e recursos marinhos; e crimes internacionais, tais como pirataria, tráfico de drogas, armas e pessoas, lavagem de dinheiro e outros crimes correlatos (ZOPACAS, 2013a). Como já mencionado, alguns desses objetivos remontam à época de sua criação, em 1986, e outros foram acrescentados recentemente, em virtude das mudanças ocorridas na geopolítica mundial e no aumento de relevâncias das chamadas “novas ameaças”¹⁹.

O *Plano de Ação de Montevideú*, na verdade, é o documento que enumera a nível estratégico – e até certo ponto operacional – as ações a serem desenvolvidas pelos Estados-membros da Zona. Nesse documento, os Estados-membros se comprometem a implementar ações nos campos de mapeamento e exploração do fundo marinho, cooperação nas áreas de meio ambiente, transporte marítimo, aéreo e segurança portuária, salvaguarda e segurança marítimas, defesa,

¹⁹ Comumente identificadas como o terrorismo, o tráfico ilegal de armas, drogas e pessoas e a pirataria.

segurança pública e combate ao crime organizado, bem como o desenvolvimento de capacidades (ZOPACAS, 2013b)

Na questão do mapeamento e da exploração do fundo marinho, o plano possui como meta o estabelecimento dos limites exteriores das margens continentais dos estados lindeiros ao Atlântico Sul, de acordo com o previsto no Art. 76 da CNUDM, a fim de promover o desenvolvimento de capacidades no campo da pesquisa científica para avaliação do potencial de recursos minerais no fundo do mar, bem como a delimitação das margens continentais e o conhecimento dos recursos minerais nelas existentes. Também tem como objetivo a intensificação da coordenação, em todos os níveis, com a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (em inglês ISA – *International Seabed Authority*), com vistas a proporcionar a participação de cientistas e instituições dos países em desenvolvimento, nas pesquisas científicas marinhas em curso na Área²⁰, realizadas por organizações internacionais.

Em relação à cooperação na área ambiental, o plano tem como metas: fortalecer os esforços cooperativos, compatíveis com a CNUDM, no estudo dos fatores que afetam ecossistemas marinhos, incluindo os impactos adversos das mudanças climáticas, acidificação dos oceanos e erosão costeira; desenvolvimento de capacidade de pesca em alto-mar; pesquisas científicas marinhas, também de acordo com a CNUDM; promover benefícios provenientes da pesca sustentável, através do desenvolvimento das capacidades pesqueiras dos estados lindeiros e melhora do acesso aos mercados para os produtos provenientes desta pesca; aumento das capacidades nas áreas científica, de coleta de dados, acompanhamento, monitoramento, controle e vigilância, *port* e *flag state control*²¹, conservação e manejo da atividade pesqueira; troca de informações sobre experiências, políticas e boas práticas no sentido de garantir o acesso à atividade pesqueira para pescadores de subsistência de pequena escala, pescadores artesanais, mulheres e indígenas, no contexto do desenvolvimento sustentável do setor; reduzir a pesca acidental (*by-*

²⁰ Área: fundo do mar, leitos oceânicos e subsolo além dos limites de jurisdição nacionais. (Nações Unidas, 1982).

²¹ *Port State Control (PSC)*: inspeções de embarcações de bandeira estrangeira que demandam portos nacionais, que tem por finalidade verificar se as condições da embarcação e seus equipamentos estão de acordo com os requisitos estabelecidos nas Convenções e Códigos Internacionais ratificados pelo Brasil. (BRASIL, 2013a). *Flag State Control*: inspeções de mesmo teor e objetivo das inspeções de PSC, só que em navios de bandeira brasileira (BRASIL, 2013b).

catch); aumentar a cooperação para eliminar a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada (da sigla em inglês I.U.U. – *Illegal, Unregulated and Unreported*), incluindo as capacidades de monitorar, controlar e supervisionar as atividades pesqueiras; intercâmbio de boas práticas para a conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha; e aumento da coordenação dentro de relevantes processos no âmbito das Nações Unidas.

Em se tratando da cooperação nas áreas de transportes marítimos e aéreos e da segurança portuária, o plano traça as seguintes metas: aumentar e diversificar a conectividade entre os Estados-membros da Zona nos modais marítimo e aéreo; identificar sinergias para cooperação futura; identificar medidas para expandir o escopo da aplicação das liberdades do ar, de modo a tornar a conectividade entre os dois lados do Atlântico Sul financeira e economicamente viável; e trocar informações para aumentar a eficiência portuária, incluindo a identificação de possíveis soluções para o fenômeno do assoreamento dos canais de acesso aos portos.

Na área da cooperação para salvaguarda e segurança marítimas, os Estados-membros decidiram: aumentar a cooperação na área de monitoramento, controle e vigilância de navios, no intuito de combater atividades ilícitas, bem como a atuação do crime organizado transnacional no Atlântico Sul, incluindo o intercâmbio de dados e treinamento na operação do sistema LRIT (*Long Range Identification and Tracking of Ships*); e aumentar a cooperação no setor de busca e salvamento (sigla em inglês SAR – *Search And Rescue*).

No aspecto da defesa, os Estados-membros da ZOPACAS concordaram em aumentar a interação entre suas forças armadas; realizar intercâmbio de informações sobre políticas de defesa (livros brancos de defesa, estratégias nacionais e doutrinas); reforçar as capacidades navais e aéreas; promover exercícios militares conjuntos entre Estados-membros da Zona; e estabelecer um grupo de trabalho, no âmbito das operações de paz das Nações Unidas, a fim de explorar futuras oportunidades de cooperação.

Nas questões envolvendo segurança pública e combate ao crime organizado transnacional, o plano determina: a cooperação no combate a este tipo de delito na Zona, bem como o crime cibernético, incluindo a troca de experiências e de melhores práticas contra a lavagem de dinheiro e recuperação de bens; cooperação

entre as autoridades competentes dos Estados-membros, incluindo atividades de criação de capacidades; promoção de cooperação policial e judicial entre Estados-membros; exploração de iniciativas que possam aumentar a capacidade de perseguição de suspeitos e de eliminação de fontes de financiamento de atividades ilícitas; troca de experiências no treinamento de pessoal responsável por segurança, lei e ordem dentro da Zona; promoção de investigações conjuntas e operações simultâneas; e promoção de cooperação e coordenação nas ações conjuntas entre Estados-membros no problema global das drogas, por meio de uma abordagem que leve à redução tanto da oferta quanto da demanda.

Além das questões acima, o *Plano de Ação de Montevideu* sugere algumas metas, a saber: a) a possível formação de um grupo de trabalho para explorar oportunidades de cooperação na facilitação do comércio e dos investimentos; b) a troca de informações e oportunidades de cooperação entre instituições, incluindo cooperação trilateral; c) o aumento da cooperação no campo educacional, incluindo acordos culturais, científicos e tecnológicos, a fim de oferecer oportunidades de estudo em outros países dentro da Zona; d) a promoção de intercâmbio de informações entre a ZOPACAS e outros mecanismos de cooperação da região; e) a promoção de cooperação técnica e de iniciativas que levem ao desenvolvimento de capacidades em áreas de interesse comum, tais como planejamento e manejo da zona costeira e marinha, e oceanografia na região tropical atlântica; f) a promoção de seminários e/ou encontros que permitam a troca de informações e a cooperação em todos os temas do plano; g) o aprofundamento dos diálogos entre as missões permanentes dos Estados-membros na ONU ou em outros fóruns, em assuntos ligados à agenda de paz e segurança internacional, incluindo *peacebuilding*; e h) o comprometimento de que a Zona tenha os mecanismos adequados para a implementação e o acompanhamento das decisões dispostas no plano.

Os discursos de intenção das autoridades de alto nível, no entanto, precisam ser traduzidos em ações pelo nível operacional das administrações estatais dos membros da Zona para sua efetiva concretização. É necessário que, nos escalões intermediários dos Estados, sejam criados instrumentos para realizar as diversas tarefas elencadas, interagindo com os seus correspondentes existentes nos outros

Estados-membros. No caso do Brasil, Ministérios e Agências Governamentais estão engajados no sentido de dar um corpo físico às iniciativas tratadas durante a VII Reunião da ZOPACAS, mas as iniciativas ainda são insipientes e restritas a alguns setores.

4 PROGRAMAS, PROJETOS E RESULTADOS DA ZOPACAS: AS INICIATIVAS DO BRASIL

Espero sinceramente que, nesses dois dias, possamos traduzir nosso discurso político em ações concretas capazes de abrir nova e decisiva etapa para a ZOPACAS, para o relacionamento de nossos países e para a cooperação sul-atlântica. (PATRIOTA, 2013).

No âmbito da ZOPACAS, em virtude do recente incremento de sua projeção internacional, é esperado que o Brasil exerça algum papel de proposição na cooperação intencionada no âmbito da Zona. O Brasil vem obtendo, no concerto internacional, o crescimento e a consolidação comparáveis ao de uma potência regional, com aspirações globais:

A combinação de massa crítica de poder material, a estabilidade econômica e política alcançada por Brasília, assim como a existência de certos consensos básicos em matéria de política externa e segurança, parecem dar ao Brasil papéis e agendas de uma potência regional que começa a emergir lentamente como um ator global. (CALLE, 2010. p. 312. Tradução nossa).

Alguns exemplos claros desta mudança incremental na importância internacional brasileira são: a destacada posição brasileira em fóruns internacionais como o Grupo dos Vinte (G20)²²; a sua participação no grupo Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul (BRICS); e a crescente participação em missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) tais como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e, mais recentemente, no Comando da Força-Tarefa Marítima das Nações Unidas no Líbano (FTM-UNIFIL). A isso se soma o fato do Brasil ser hoje a sétima economia do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$4,4 trilhões em 2012.

²² O G20 inclui membros de 19 Estados e a União Europeia que, juntos, representam cerca de 90% do PIB (Produto Interno Bruto) mundial, 80% do comércio global e dois terços da população mundial. Disponível em: <<http://www.g20.org>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

Mesmo que, a fim de manter coerência com o discurso diplomático brasileiro, a condução do processo seja feita em conjunto com outros Estados que possuem uma capacidade que, apesar de não ser igual à brasileira, não pode ser descartada, como no caso da África do Sul e da Argentina, a ausência dos recursos estatais brasileiros, sejam eles financeiros, humanos ou científico-tecnológicos, tornaria as iniciativas da Zona praticamente impossíveis. Assim, espera-se do Brasil o papel de indutor na maior parte das ações a serem desenvolvidas pelos Estados-membros da Zona, senão em todas.

Em algumas áreas, esse protagonismo já dá seus primeiros passos. No âmbito governamental, o Ministério da Defesa (MD) e as Forças Armadas desenvolvem iniciativas que se coadunam com os objetivos elencados no *Plano de Ação de Montevideu*. Na área de mapeamento e exploração do fundo marinho, a Marinha do Brasil (MB) encontra-se colaborando com Angola e Namíbia no levantamento de suas plataformas continentais, oferecendo o *know-how* adquirido ao longo dos 24 anos do projeto LEPLAC²³. Tal cooperação, que também prevê o treinamento de técnicos estrangeiros em universidades brasileiras, busca garantir que as potenciais riquezas existentes no subsolo marinho além das 200 milhas náuticas sejam, no âmbito da CNUDM, de posse dos Estados costeiros, perpetuando sua soberania na exploração e exploração de tais recursos. Na área de segurança e defesa, a MB realiza adestramentos com as Marinhas de diversos Estados da costa da África, destacando-se os exercícios realizados em 2013 pelos recém-adquiridos Navios de Patrulha Oceânica (NaPaOc) da classe “Amazonas” com Marinhas africanas. Cabe salientar que os exercícios conjuntos com Marinhas amigas do Atlântico Sul são atividades operativas de rotina no âmbito da MB e são realizadas há décadas, garantindo um grau de prontidão compatível com a realidade do entorno brasileiro e um bom relacionamento entre Marinhas. Ainda na área da defesa, apesar do Grupo de Trabalho para exploração de oportunidades de cooperação no âmbito das Missões de Paz da ONU ter sido oficialmente criado apenas recentemente, durante a II

²³ O Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) é o programa de Governo instituído pelo Decreto nº 98.145, de 15 de setembro de 1989, com o propósito de estabelecer o limite exterior da nossa Plataforma Continental no seu enfoque jurídico, ou seja, determinar a área marítima, além das 200 milhas, na qual o Brasil exercerá direitos de soberania para a exploração e o aproveitamento dos recursos naturais do leito e subsolo marinho. Fonte: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/secirm/leplac.htm>>. Acesso em: 07 out. 2013.

Reunião de Alto Nível, no dia 27 de setembro próximo passado, à margem da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), o Brasil já realiza intercâmbios para formação de Observadores Militares, em caráter bilateral com outros Estados-membros da Zona (BRASIL, 2013c).

Na área de salvaguarda e segurança marítimas, uma importante ação concreta foi a realização do I Seminário de Segurança e Vigilância do Tráfego Marítimo e Busca e Salvamento para membros da ZOPACAS, em Salvador-BA, no período de 14 a 18 de outubro de 2013. O citado Seminário, de caráter técnico-operacional, teve como objetivo promover a capacitação de representantes dos países membros da ZOPACAS em segurança e vigilância do tráfego marítimo e busca e salvamento (BRASIL, 2013d).

Outra ação, essa na área de meio-ambiente, foi a realização do Seminário do Processo Regular de Avaliação do Estado do Meio Ambiente Marinho das Ações Unidas, incluindo aspectos socioeconômicos, organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), também em outubro, na Costa do Marfim. Nesse evento, estiveram presentes cientistas de diversos Estados, com o fito de discutir a administração da biodiversidade marinha nas áreas situadas além da jurisdição nacional. Com o objetivo de contribuir para esse Seminário, e considerando seu longo litoral, significativa produção científica e seu protagonismo no Atlântico Sul, o Brasil organizou o Seminário do Atlântico Sudoeste, em Brasília-DF, no período de 11 a 13 de Setembro de 2013. Um Grupo de Trabalho *ad hoc*, composto por 14 Ministérios e Agências Governamentais, foi estabelecido, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) para organizar e prover suporte financeiro ao seminário.

No âmbito comercial, também durante a II Reunião de Alto Nível, à margem da 68ª AGNU, foi criado um Grupo de Trabalho sobre facilitação de comércio e investimento, mas ainda sem relatos de ações práticas em andamento (BRASIL, 2013e). Na área de desenvolvimento de capacidades, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) lançou, na reunião de Montevideu, um programa de cursos de capacitação técnica e profissional voltado aos nacionais dos países integrantes da Zona, permitindo ampla troca de experiências e boas práticas entre os Estados-membros, em áreas de interesse mútuo (BRASIL, 2013e). Em 2013, houve a oferta

de cursos nas áreas de Gestão e Planejamento na Zona Costeira e Marinha, Criminalidade Transnacional, Gestão Sustentável da Pesca e Aquicultura, Organização dos Serviços nas Ações de Controle da Tuberculose para Países da ZOPACAS e Oceanografia no Atlântico Tropical²⁴. Ainda na área educacional, apesar das iniciativas criadas especificamente em resposta às demandas da ZOPACAS ainda serem insipientes (BRASIL, 2013f), o Ministério da Educação possui o Programa “Educação como Ponte Estratégica Brasil-África”, instituído no âmbito dos Estados africanos integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o propósito de construir, a partir de processos dialogados entre dirigentes e gestores, uma forma inovadora de cooperação, com desenvolvimento e diversidade, em um contexto próprio da CSS-D (BRASIL, 2013g). O programa encontra-se estruturado em cinco grandes eixos: educação superior; formação de professores; gestão educacional; práticas pedagógicas; e educação profissional. E, se bem sucedido, poderia ser expandido para Estados africanos não pertencentes à CPLP, com algumas adaptações.

A despeito das iniciativas brasileiras nas áreas acima citadas, em outras, as ações são inexistentes. Nas áreas de transporte marítimo, aéreo e segurança portuária, não há nenhuma iniciativa no âmbito do que foi proposto na reunião de Montevidéu (BRASIL, 2013g). Outro setor que também não apresentou avanços foi o da pesca (BRASIL, 2013h) o qual, cabe salientar, é extremamente afetado pela falta de cooperação interestatal, sobretudo em decorrência dos efeitos danosos sobre os estoques pesqueiros, em decorrência da pesca I.U.U.²⁵ e da sobrepesca praticada em alguns Estados e que, em virtude do caráter altamente migratório de algumas espécies, vem a afetar diretamente a atividade em outros locais. Contudo, é na área de combate a ilícitos internacionais, como pirataria, tráfico de drogas, armas e pessoas, lavagem de dinheiro e outros crimes correlatos, que a falta de ações de cooperação parece mais temerária. Com exceção das operações de adestramento de combate à pirataria, realizadas entre as Marinhas da região, não há relatos de

²⁴ Fonte: Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/zopacas/Cursos.aspx>>. Acesso em: 07 out. 2013.

²⁵ O Brasil coopera com a França no combate à pesca I.U.U., na região da fronteira marítima entre o Brasil e a Guiana Francesa, com a participação da Marinha do Brasil, Ministério da Pesca e Aquicultura, Polícia Federal e Ministério do Meio Ambiente. Não há relatos de cooperação bilateral ou multilateral em outras regiões.

iniciativas relacionadas ao tema sendo desenvolvidas no âmbito da Zona (BRASIL, 2013i). Cabe salientar que a troca de informações e de dados de inteligência torna-se cada vez mais necessária para que o combate a tais ilícitos seja efetivo. O Brasil é ponto de passagem de grandes rotas do narcotráfico internacional, sobretudo com destino à Europa²⁶ e ponto de partida de tráfico de seres humanos, também destinada àquela região do globo (BRASIL, 2010), sendo imperiosa a intensificação das trocas de informações entre autoridades governamentais dos Estados que servem de rota para essas atividades criminosas.

Diante do exposto, é possível notar que certas áreas governamentais brasileiras possuem iniciativas e atividades que vão ao encontro dos objetivos da ZOPACAS. No entanto, a maior parte delas já existia anteriormente ou fora criada para outros fins. Poucos programas ou ações foram, até o momento, desenvolvidos diretamente para fazer frente às necessidades advindas dos compromissos assumidos naquele fórum. Mais alarmante do que isso é a constatação de que alguns compromissos assumidos na reunião de Montevideu sequer saíram do papel, em áreas que afetam diretamente a economia e, principalmente, a segurança dos Estados-membros, como no caso dos transportes marítimo e aéreo, importantes para um aumento do comércio dentro da Zona; da atividade pesqueira, fundamental na economia de alguns países africanos; e dos crimes transnacionais, foco da preocupação em segurança de todos os Estados banhados pelo Atlântico Sul.

5 CONCLUSÃO

Criada por iniciativa brasileira em 1986, em meio a um ambiente de incerteza e insegurança, a ZOPACAS, apesar de possuir, por ocasião de sua criação, uma vasta gama de propósitos, tinha como principal objetivo a desmilitarização e a desnuclearização do Atlântico Sul. Para o Brasil, em especial, também significava o estabelecimento de um instrumento de regulação e contenção de interesses em sua única fronteira que não possuía esse tipo de medida, garantindo assim a sua soberania no espaço marítimo que lhe é legalmente devido perante o Direito

²⁶ Brasil se consolida na rota do tráfico internacional de cocaína para a Europa, aponta relatório da ONU. Fonte: Uol Notícias. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimasnoticias/2011/06/23/brasil-se-consolida-na-rota-do-trafico-internacional-de-cocaina-para-a-europa-aponta-relatorio-da-onu.htm>>. Acesso em: 07 out. 2013.

Internacional. Porém, com o fim da Guerra Fria anos mais tarde, a iniciativa foi perdendo força, até seu adormecimento em 1998.

Entretanto, em 2007, diante de uma nova ordem mundial e do aparecimento das chamadas “novas ameaças”, a ZOPACAS ressurgiu, por iniciativa angolana, a fim de ser a principal resposta daquele Estado frente aos seus crescentes problemas de segurança e defesa. Nessa nova etapa de funcionamento, após uma inatividade de quase uma década, a ZOPACAS uniu novos objetivos aos já previstos previamente, dando à Zona um viés mais cooperativo. Mas o aspecto de defesa não foi esquecido, em função dos movimentos de potências exógenas com claros e manifestos interesses na região, agora mais importante por conta de seus recém-descobertos recursos energéticos.

Em sua mais recente reunião, ocorrida em Montevidéu, Uruguai, em janeiro de 2013, a Zona produziu dois documentos de nível político-estratégico: a *Declaração de Montevidéu e o Plano de Ação de Montevidéu*, os quais apresentam os conceitos e balizam as ações a serem levadas adiante pelo nível operacional dos Estados componentes da Zona. Na *Declaração de Montevidéu*, são 124 itens, englobando os mais diferentes objetivos, tais como: governança global; desarmamento, entendido como a extinção de todos os tipos de armas de destruição em massa, sobretudo o armamento nuclear; paz e segurança; defesa; desenvolvimento, incluindo questões econômicas e financeiras; desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas; oceanos e recursos marinhos; e crimes internacionais, tais como pirataria, tráfico de drogas, armas e pessoas, lavagem de dinheiro e outros crimes correlatos. No *Plano de Ação de Montevidéu*, os Estados-membros se comprometem a implementar ações nos campos de mapeamento e exploração do fundo marinho, cooperação nas áreas de meio ambiente, transporte marítimo, aéreo e segurança portuária, salvaguarda e segurança marítimas, defesa, segurança pública e combate ao crime organizado, bem como o desenvolvimento de capacidades.

Restam poucas dúvidas de que o Brasil, no âmbito da Zona, deveria ter uma atitude proativa nas ações práticas que irão implementar, no nível operacional, as declarações do nível político-estratégico. A participação dos recursos financeiros, humanos e científico-tecnológicos do Brasil pode ser considerada obrigatória na

concretização das iniciativas no âmbito da ZOPACAS. Nesse contexto, pode ser observado que as ações do Estado brasileiro, no sentido de dar “musculatura” ao corpo da ZOPACAS, ainda são pouco significativas. Com exceção das ações no campo da defesa, sobretudo de suas Forças Armadas nas áreas de intercâmbio entre Marinhas, levantamento de plataformas continentais e de socorro e salvamento, apenas nas áreas de meio-ambiente e de capacitação técnico-profissional foram observadas ações concretas, sendo inexistentes ou insipientes nas demais áreas cobertas pelo *Plano de Ação de Montevideu*. Porém, o que aparece como mais grave nesse atual quadro de certa timidez brasileira em relação à ZOPACAS, pelo menos na proposição de soluções e nas ações concretas no sentido de aplicá-las, é a ausência de iniciativas em áreas importantes, como a comercial, a pesqueira e, principalmente, na de combate a ilícitos transnacionais.

Conclui-se, portanto que, se o Brasil quiser manter sua liderança no âmbito do Atlântico Sul, obter maior peso na atual ordem mundial e, mais importante, garantir que sua fronteira marítima seja respeitada, reforçando sua soberania e acesso exclusivo aos recursos existentes em suas águas jurisdicionais, uma de suas providências poderia ser a de aumentar seus esforços no âmbito da ZOPACAS, considerada a principal iniciativa de integração regional existente no âmbito da “bacia” do Atlântico Sul. Para isso, o Brasil poderia propor e desenvolver ações práticas nas áreas econômica, comercial e, principalmente, de combate aos crimes transnacionais, sob a pena de, se não o fizer, abrir espaço para que atores exógenos tomem o seu lugar, uma vez que não se vislumbra, no âmbito da Zona, outro Estado com capacidade similar à brasileira para liderar esse processo, e que não existe o chamado “vácuo de poder” no Sistema Internacional.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso. **O Ministério da Defesa**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2012. Aula Magna proferida para o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval em 09 mar. 2012.

BRASIL. Comando da Marinha. Instrução Normativa nº. 01/MB-MD de 07 de junho de 2011. **Conceito para a expressão “Águas Jurisdicionais Brasileiras” perante a Marinha do Brasil**.

BRASIL. Diretoria de Portos e Costas. **NORMAM-04/DPC**: Normas da Autoridade Marítima para Operação de Embarcações Estrangeiras em Águas Jurisdicionais Brasileiras (Rev.1). Rio de Janeiro, RJ, 2013a.

BRASIL. Diretoria de Portos e Costas. **NORMAM-08/DPC**: Normas da Autoridade Marítima para Tráfego e Permanência de embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras (Rev.1). Rio de Janeiro, RJ, 2013b.

BRASIL, Ministério da Defesa. Resposta a pedido de acesso à informação [mensagem pessoal]. 2013c. Mensagem recebida por <aocaldas@gmail.com> em 13 set. 2013.

BRASIL, Comando da Aeronáutica. Resposta a pedido de acesso à informação [mensagem pessoal]. 2013d. Mensagem recebida por <aocaldas@gmail.com> em 3 out. 2013.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Resposta a pedido de acesso à informação [mensagem pessoal]. 2013e. Mensagem recebida por <aocaldas@gmail.com> em 24 set. 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Resposta a pedido de acesso à informação [mensagem pessoal]. 2013f. Mensagem recebida por <aocaldas@gmail.com> em 23 set. 2013.

BRASIL, Ministério dos Transportes. Resposta a pedido de acesso à informação [mensagem pessoal]. 2013g. Mensagem recebida por <aocaldas@gmailcom> em 12 set. 2013.

BRASIL, Ministério da Pesca e Aquicultura. Ofício nº 459 de 10 de setembro de 2013 ao Sr. Aderson de Oliveira Caldas. Resposta a pedido de informação – Protocolo: 00380.000252/2013-34. 2013h. Mensagem recebida por <aocaldas@gmail.com> em 10 set. 2013.

BRASIL, Departamento de Polícia Federal. Resposta a pedido de acesso à informação [mensagem pessoal]. 2013i. Mensagem recebida por <aocaldas@gmailcom> em 23 set. 2013.

CALLE, Fabián. El espacio sudamericano como zona de paz a preservar frente a factores de turbulência intra y extra-regionales. In: JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, João Paulo Alsina (Org.). **Segurança internacional: perspectivas brasileiras**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 648 p.

CEPIK, Marco; OLIVEIRA, Lucas. **Petróleo e segurança internacional: aspectos globais e regionais das disputas por petróleo na África Subsaariana**. 191 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

CRUZ JUNIOR, Ademar Seabra. O Atlântico Sul como nova fronteira tecnológica e sua contribuição para o desenvolvimento do Brasil. In: **Amazônia Azul: política, estratégia e direito para o Oceano do Brasil**. (MORE, Rodrigo Fernandes; BARBOSA JÚNIOR, Ilques, Org.). Rio de Janeiro: SaG Serv, FEMAR, 2012. 312 p.

DEUTSCH, K. W. et al. **Political Community and the North Atlantic Area: international organization in the light of historical experience**. Princeton, N.J.: Princeton University, 1957.

HAMILTON, Daniel S.; BURWELL Frances G. **Shoulder to Shoulder: Forging a Strategic U.S.-EU Partnership**. Washington, D.C. 2009. Disponível em: <http://www.acus.org/files/publication_pdfs/65/US-EUPartnership.pdf> Acesso em: 13 jul. 2013.

JARDIM, Marcelo Andrade de Moraes. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. XXIII Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Brasília: Instituto Rio Branco, 1991.

JORGE, Nedilson Ricardo. As relações Brasil-África e o Atlântico-Sul. In: SEMINÁRIO A SEGURANÇA COOPERATIVA E DEFESA NO ATLÂNTICO SUL: IMPERATIVOS DE MUDANÇA OU A FORÇA DA TRADIÇÃO, 2012, Rio de Janeiro. [Palestra...]. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 01 jun. 2012.

KAPLAN, Robert D.; SCHROEDER, Mark. Africa's Shaky Resurgence. **Stratfor**. 20 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.stratfor.com/sample/analysis/africas-shaky-resurgence-robert-d-kaplan-and-mark-schroeder>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

NAÇÕES UNIDAS. **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar**. Montego Bay: Nações Unidas, 1982.

NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas**. New York: Nações Unidas, 1986.

PATRIOTA, Antônio de Aguiar. **Discurso por ocasião da VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)**. Montevideu: [s.n.], em 12 jun. 2013.

PENHA, Eli Alves. Relações Brasil-África: os avatares da cooperação sul-atlântica. In: CONGRESSO INTERNACIONAL CULTURA, PODER E TECNOLOGIA: ÁFRICA E ÁSIA FACE À GLOBALIZAÇÃO (ALADAA), 10, 2012, Rio de Janeiro. [Anais...] Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 26 out. 2000.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e a Geopolítica do Atlântico Sul**. Editora: EDUFBA, Salvador, 2011.

PENHA, Eli Alves. Fronteira oriental brasileira nos marcos da segurança cooperativa regional. In: SEMINÁRIO A SEGURANÇA COOPERATIVA E DEFESA NO ATLÂNTICO SUL: IMPERATIVOS DE MUDANÇA OU A FORÇA DA TRADIÇÃO, 2012, Rio de Janeiro. [Palestra...]. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 01 jun. 2012.

SANTIAGO, Emerson. Zona de Paz e Cooperação do Atlântico (ZOPACAS). INFOESCOLA, Geografia, 2013. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas/>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África: A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)**. Editora UnB: Brasília, 1996.

ZOPACAS, **Declaração de Montevideú**. Montevideú: ZOPACAS, 2013a.

ZOPACAS, **Plano de Ação de Montevideú**. Montevideú: ZOPACAS, 2013b.

ANEXO A – RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÃO FEITO AO MINISTÉRIO DA DEFESA

Pedido de Informação respondido por e-mail recebido por <aocaldas@gmail.com> em 13 set. 2013.

Prezado Sr. Aderson de Oliveira Caldas,

Ao cumprimentá-lo, cordialmente, reporto-me ao pedido impetrado por Vossa Senhoria de NUP 60502.003484/2013-42, de 02 de setembro de 2013. Em relação ao seu pedido, o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC do Ministério da Defesa - MD informa que sobre o tema “intercâmbio de informações sobre políticas de defesa com outros Estados-membros da ZOPACAS”, a Subchefia de Assuntos Internacionais deste Ministério está aberta à cooperação, entretanto, até o momento, não houve demanda.

No que se refere às ações tomadas pelo Brasil para reforçar as capacidades navais e aéreas dos outros Estados-membros, dando continuidade às ações previstas na alínea 6, subitem VII, do Plano de Ação de Montevideu, decorrente do VI Encontro Ministerial da ZOPACAS, ocorrido no Uruguai nos dias 15 e 16 de janeiro de 2013, será realizado o I Seminário de Segurança e Vigilância do Tráfego Marítimo e Busca e Salvamento para membros da ZOPACAS, em Salvador-BA, no período de 15 a 17 de outubro próximo. O citado Seminário tem caráter técnico-operacional, e tem como objetivo promover a capacitação de representantes dos países membros da ZOPACAS em segurança e vigilância do tráfego marítimo e busca e salvamento.

Quanto à realização de exercícios militares conjuntos, participo que a Marinha do Brasil, realizou vários adestramentos com as Marinhas dos Estados visitados na costa da África, por ocasião do deslocamento dos recém-adquiridos Navios de Patrulha Oceânica (NaPaOc) no trajeto para o Brasil, como por exemplo: “Light-line” (manutenção de posição entre navios); Combate a incêndio; Adestramento operativo de porto e Ações anti-pirataria, com a abordagem do navio no mar por meio de Grupo de Visita e Inspeção. Além disso, a Marinha do Brasil já realiza operações IBSAMAR (Brasil, Índia e África do Sul) e ATLASUR (Brasil, Argentina, África do Sul e Uruguai).

Em relação ao estabelecimento de grupo de Trabalho, no âmbito das operações de paz das Nações Unidas para explorar oportunidades de cooperação, participo que o Ministério da defesa realiza Intercâmbio para formação de observadores Militares para Missões de Paz da ONU, em caráter bilateral, com alguns países integrantes da ZOPACAS, como Argentina, Angola e Uruguai.

Eventual recurso sobre esta resposta deve ser dirigido ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, no prazo de 10 dias, a contar da data desta decisão.

Atenciosamente,

Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério da Defesa – SIC/MD

ANEXO B – RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÃO FEITO AO COMANDO DA AERONÁUTICA

Pedido de Informação respondido por e-mail recebido por <aocaldas@gmail.com> em 3 out. 2013.

Prezado Sr. Aderson de Oliveira,

Agradecemos seu contato com o Comando da Aeronáutica pelo sistema e-SIC. Sobre a solicitação de protocolo 60502.003485/2013-97, informamos a V. Sa., o seguinte:

1- Em atenção aos documentos da referência, esclarecemos que, a título de ação a ser implementada, ocorrerá o I Seminário de Segurança e Vigilância do Tráfego Marítimo e Busca e Salvamento para Países Membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), a ser realizado no Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica (CEMCOHA), na cidade de Salvador, no período de 14 a 18 de outubro do corrente ano.

2- A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi uma iniciativa do Brasil, que propôs à Organização das Nações Unidas (ONU) a sua criação, tendo sido resultado de uma articulação dos Ministérios das Relações Exteriores do Brasil, pós Guerra das Malvinas. Integram a ZOPACAS, além do Brasil, os demais países banhados pelo Atlântico Sul, tanto da América do Sul (Argentina e Uruguai) quanto da África (África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Cameroun, Congo, Cote d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo).

3- O Ministério da Defesa, reafirmando os compromissos assumidos conjuntamente com os demais países da ZOPACAS pela Manutenção da Paz e Segurança no Atlântico Sul, conforme estatuídos em Resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas, e dando continuidade às ações previstas no Plano de Ação de Montevideu, decorrente do VI Encontro Ministerial da ZOPACAS, ocorrido no Uruguai nos dias 15 e 16 de janeiro de 2013, decidiu pela realização de um Seminário.

4- O planejamento inicial prevê a realização do Seminário em três dias com realização de reuniões plenárias, palestras e visitas.

5- Além do Brasil, outros países, tais como África do Sul, Angola, Argentina e Nigéria, foram convidados para realizar palestras, com o propósito de manter a multilateralidade nos debates.

6- Da mesma forma, outras informações podem ser encontradas no site www.itamaraty.gov.br em Diplomacia Pública/Notas&Releases/Nota 9 de 16 de Janeiro.

7- Quanto ao segundo questionamento, não há, até o momento, exercícios conjuntos realizados ou planejados entre as Forças Aéreas dos países membros do ZOPACAS.

Nesse contexto esperamos tê-lo atendido no pedido formulado, colocando a estrutura organizacional do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica para as interações necessárias sobre o tema em comento.

Serviço de Informações ao Cidadão
COMANDO DA AERONÁUTICA
Centro de Comunicação Social da Aeronáutica
Esplanada dos Ministérios – Bloco M - 7º andar
Brasília – Distrito Federal
CEP 70.045-900
Tel: (61)3966-9130

ANEXO C – RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÃO FEITO AO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Pedido de Informação respondido por e-mail recebido por <aocaldas@gmail.com> em 24 set. 2013.

Caro Aderson,

Em resposta às suas perguntas, que agradecemos, seguem informações relativas aos temas de competência da Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores.

Inicialmente, cabe ressaltar a prioridade conferida pelo Brasil à revitalização da ZOPACAS. Estamos trabalhando para que esse importante mecanismo seja fortalecido. A Reunião Ministerial de Montevidéu foi passo importante nesse sentido. A forte presença africana foi fundamental para o sucesso da reunião.

Ressalte-se a importância da decisão de voltar a realizar Reuniões Ministeriais a cada dois anos (Declaração de Montevidéu, par. 120). Tendo em conta que entre a Reunião Ministerial de Luanda e a Ministerial de Montevidéu passaram-se seis anos, essa decisão assume especial relevância.

De especial importância foi a criação de grupo de contato constituído pelos países que já sediaram Conferências ministeriais, como Brasil, Angola, África do Sul, Nigéria, Uruguai, e também Cabo Verde, que irá ser a sede da Conferência em 2015, para dar continuidade às decisões aprovadas em Montevidéu.

Com o objetivo de concretizar as decisões tomadas na última reunião ministerial, importantes passos foram tomados:

1. A AGNU aprovou, em 17 de maio, sem recurso a voto, resolução sobre a ZOPACAS (A/RES/67/266). O documento faz referência à VII Reunião Ministerial (Montevidéu, 15 e 16 de janeiro), toma nota da Declaração Ministerial e do Plano de Ação de Montevidéu, menciona as propostas de cooperação apresentadas por Brasil e Argentina na ocasião, bem como alude à oferta de Cabo Verde para sediar a VIII Reunião Ministerial em 2015;

2. Será realizada a II Reunião de Alto Nível no dia 27 de setembro, à margem da 68ª AGNU. Na agenda, está a criação dos dois grupos de trabalho, um sobre facilitação de comércio e investimento e outro sobre operações de paz no âmbito das Nações Unidas, citados no Plano de Ação. (Declaração, par. 4 e 122; seção VII, 1 e V, 5);

3. A Declaração de Montevideu, em razão da experiência bem sucedida de 2012, aprovou a realização de reunião anual à margem da AGNU, para revisar o progresso alcançado e acordar sobre ações futuras (par. 4 e 122).

4. O Brasil realizará seminário sobre Vigilância Marítima, de 15 a 17 de outubro de 2013, em Salvador. O Brasil patrocinará a participação de dois militares de cada membro africano da ZOPACAS no seminário. O anúncio desse evento foi realizado na Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da Comunidade dos Estados da África Central (CEEAC) e do Conselho do Golfo da Guiné (CGG), da qual o Brasil participou como observador.

5. Será realizado também Seminário dedicado ao Atlântico Sul, a ser organizado pelo PNUMA, na Costa do Marfim, em outubro de 2013, no contexto do processo regular de avaliação do estado do meio ambiente marinho das Nações Unidas.

6. A Agência Brasileira de Cooperação lançou na reunião de Montevideu programa de cursos de capacitação técnica e profissional voltado a nacionais dos países integrantes da ZOPACAS. Mais informações podem ser obtidas no site www.abc.gov.br/zopacas.

Diplomacia Pública
Ministério das Relações Exteriores

ANEXO D – RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÃO FEITO AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Pedido de Informação respondido por e-mail recebido por <aocaldas@gmail.com> em 23 set. 2013.

Prezado(a) Senhor(a),

Seu pedido de acesso à informação foi analisado e teve resposta na data de 23/09/2013, cujo teor segue transcrito abaixo.

Prezado Sr. Aderson,

A Zopacas tem um trabalho importante nas questões de paz e segurança. Em relação à educação, seu trabalho ainda está muito incipiente. Aqui no MEC não estamos ainda atuando junto à ZOPACAS. O que sabemos é que apenas o Uruguai e a República do Congo estão avançando na concessão de algumas bolsas de estudos para estudantes e servidores congolese. Em janeiro de 2013, houve uma reunião em Montevideu, Uruguai, onde o então Ministro das Relações Exteriores (MRE) Antônio Patriota fez um discurso, mencionando a possibilidade de ampliação do escopo de atuação da Zopacas para questões de educação, ciência e tecnologia - <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outrascomunicacoes/ministro-estado-relacoes-exterores/vii-reuniao-ministerial-da-zona-depaz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas-texto-base-do-discurso-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriotamontevideu-15-de-janeiro-de-2013>.

Em contato com a Divisão de Temas Educacionais (DCE) do MRE, foi informado de que poderia haver algum trabalho de cooperação junto à Agência Brasileira de Cooperação (ABC), mas que estaria muito restrita a *capacity building*. Caso o senhor queira alguma informação mais específica, posso ajudá-lo a obtê-la.

Atenciosamente,

Leonardo Kazuo dos Santos Serikawa,
Coordenador de Américas - Multilateral /Assessoria Internacional/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 8º andar sala 841
Brasília DF- Brasil –
CEP: 70047-900
Tel.: (55-61) 2022 7916 Fax: (55-61) 2022 7879
E-mail: leonardo.serikawa@mec.gov.br

ANEXO E – RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÃO FEITO AO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

Pedido de Informação respondido por e-mail recebido por <aocaldas@gmail.com> em 12 set. 2013.



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
Secretaria de Política Nacional de Transportes

Referência: Processo nº 50650.002368/2013-17– SIC/MT

Interessado: Anderson de Oliveira Caldas

Assunto: Ações do Ministério dos Transportes para maior conectividade na área de transportes marítimo e aéreo com o Uruguai

Ao Senhor Chefe do Serviço de Informações ao Cidadão/SIC/MT,

Restituo a esse Serviço o Processo em referência com a manifestação desta Secretaria, por meio de Despacho do Senhor Diretor DEPLAN/SPNT/MT, fl. nº 04, sugerindo, na oportunidade, que informações mais específicas sobre o assunto devem ser buscadas junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República.

Brasília, 12 de setembro de 2013.

JOSÉ VALFRÂNIO MEDEIROS DE OLIVEIRA
Coordenador de Controle e Acompanhamento/SPNT/MT

De Acordo, encaminhando-se ao SIC/MT, em 12/09/2013.

AMÉRICO LEITE DE ALMEIDA
Secretário de Política Nacional de Transportes



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA DE POLÍTICA NACIONAL DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO DE TRANSPORTES

DEPLAN/SPNT/MT
Fls. n.º 04
Rubrica: <i>Salinas</i>

Referência: Processo nº 50650.002368/2013-17 – SIC/MT

Interessado: Anderson de Oliveira Caldas

Assunto: Ações do Ministério dos Transportes para maior conectividade na área de transportes marítimo e aéreo na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS

Ao Senhor Secretário de Política Nacional de Transportes

A presente solicitação é formulada por aluno de curso de especialização em Relações Internacionais na UnB e versa sobre eventuais ações do Ministério dos Transportes para maior conectividade na área de transportes marítimo e aéreo na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS, a partir da reunião ocorrida em janeiro de 2013, em Montevidéu, Uruguai.

Após exame da matéria, do ponto de vista técnico, este Departamento tem a informar, preliminarmente, que o tema "transporte aéreo" não se insere dentre as atribuições do Ministério dos Transportes.

As demais questões formuladas pelo interessado, referentes ao transporte marítimo, decorrem do Plano de Ação de Montevidéu, elaborado na reunião de janeiro de 2013 da ZOPACAS, mais especificamente ao seu item III:

"III. Cooperation in the area of air and maritime transportation and Port security

Also agree to:

- 1. Enhance and diversify connectivity among Member States of the Zone, both in terms of air and maritime transportation;*
- 2. Identify synergies for further cooperation;*
- 3. Identify measures to expand the scope of the application of the freedoms of the air, with a view to rendering connectivity between the two shores of the South Atlantic financially and economically viable;*
- 4. Exchange experiences on the need for enhanced efficiency of ports, including the identification of possible solutions to siting."*

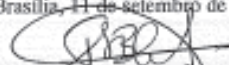
A este respeito, cumpre esclarecer que o Ministério dos Transportes atua apenas nas negociações relativas a acordos bilaterais ou multilaterais de navegação marítima e não existem registros de novas negociações iniciadas em função do citado Plano de Ação.

CS

Informações mais específicas, contudo, poderão ser buscadas junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e junto à Secretaria de Portos da Presidência da República.

Restituo o presente, para adoção das providências pertinentes.

Brasília, 11 de setembro de 2013



FRANCISCO LUIZ BAPTISTA DA COSTA
Diretor do Departamento de Planejamento de Transportes

ANEXO F – RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÃO FEITO AO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Pedido de Informação respondido por e-mail recebido por
<aocaldas@gmail.com> em 10 set. 2013.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
GABINETE DO MINISTRO
Setor Bancário Sul - Qd. 02 - Lote 10 - Bloco J - Ed. Carlton Tower
70070-120 Brasília - DF
Telefone (61) 2023-3000 - Fax (61) 2023-3916

Ofício n.º 459/2013 – GAB/MPA

Brasília, 10 de setembro de 2013.

A Sua Senhoria o Senhor
ADERSON OLIVEIRA CALDAS

Assunto: **Resposta a pedido de informação – Protocolo: 00380.000252/2013-34.**

Prezado Senhor,

Em resposta ao requerimento de acesso às informações enviado ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) deste Ministério, versando sobre Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, seguem abaixo as devidas considerações conforme a Assessoria Internacional deste MPA.

Como é do conhecimento de Vossa Senhoria, realizou-se de 14 a 16 de janeiro de 2013, em Montevidéu, Uruguai, a VII Reunião Ministerial sobre a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), da qual o Ministério da Pesca e Aquicultura não participou.


Entre os encaminhamentos dessa reunião, decidiu-se que seria realizada uma nova reunião para discutir os mecanismos de implementação do Plano de Ação de Montevidéu, porém tal reunião ainda não ocorreu e, portanto, este Ministério da Pesca e Aquicultura não executou nenhuma ação no âmbito desse plano.

Vale mencionar que, em 2011, o MPA participou junto com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE e a Universidade Federal de Santa Catarina – LMM/UFSC da elaboração de curso sobre a reprodução de moluscos bivalves, o que poderia ser oferecido no âmbito da ZOPACA.

Segue anexo, cópia do Plano de Ação de Montevidéu, em inglês, documento obtido junto à Divisão das Nações Unidas, do Ministério das Relações Exteriores.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário.

Atenciosamente,


MARGARETT CABRAL
Chefe de Gabinete do Ministro

**ANEXO G – RESPOSTA A PEDIDO DE INFORMAÇÃO FEITO AO
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL**

Pedido de Informação respondido por e-mail recebido por <aocaldas@gmail.com> em 23 set. 2013.

Prezado Senhor,

Após VII Reunião Ministerial da ZOPACAS ocorrida em 15 e 16 de janeiro do ano corrente em Montevidéu/Uruguai, com participação do Ministério das Relações Exteriores, esta Coordenação-Geral de Cooperação Internacional recebeu comunicado da Assessoria Internacional do Ministério da Justiça informando a assinatura do Plano de Ação e da Declaração de Montevidéu, que podem ser acessados no endereço eletrônico: www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/vii-encontroministerial-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-zopacas-declaracao-demontevideu e www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/vii-encontroministerial-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-plano-de-acao-demontevideu".

Contudo, até a presente data, não há registros de ações pontuais diretamente ligadas ao Plano de Ação de Montevidéu.

Para obtenção de maiores informações relacionadas ao tema objeto da consulta, sugere-se o registro de novo pedido de acesso junto ao MRE e/ou Ministério da Justiça.

Atenciosamente,

SIC-CGCI/DPF